

Senado avalia restrição ao silicone

Parado há dois anos, projeto deve ser apreciado em 15 dias

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – Depois de quase dois anos praticamente parado no Senado, o projeto que restringe o uso médico do silicone para maiores de 18 anos no país pode ter uma semana decisiva para sua retomada. Depois de conversar com parlamentares, a expectativa de um dos integrantes do Comitê de Vítimas do Silicone, com sede nos Estados Unidos, Humberto Ferreira, é de que o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) seja apreciado nas próximas duas semanas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Isso se não houver mudanças na pauta.

Além de definir que menores de 18 anos não podem fazer implante de silicone, o projeto estabelece a proibição do uso do material na forma injetável e condições mais rígidas para as próteses que contenham o produto em gel. Prevê também que o médico explique todos os riscos ao paciente, que terá que assinar um termo de “consentimento livre e esclarecido”.

Para Ferreira, uma parte do atraso na tramitação da proposta tem explicação. Houve troca de governo e

muitas mudanças nos relatores da matéria na CCJ. O que para ele não tem justificativa é a demora na análise de artigo do texto aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pela CCJ. Depois de várias trocas, em março do ano passado, o senador Jefferson Peres assumiu a relatoria do caso. O projeto de Peres já teria sido entregue mas, por problema de inclusão em computador, acabou sendo deixado de lado.

– O que nós queremos é que esse projeto ande e que a infância e a adolescência seja amparada – afirmou Ferreira, lamentando a retirada da urgência na avaliação pelo Congresso.

Independentemente de ser aprovada pelo Senado, a proposta deverá retornar à Câmara, porque o texto original sofreu alterações. O ex-senador Sebastião Rocha (PDT-AP) relatou a matéria na Comissão de Assuntos Sociais, onde o projeto foi aprovado em dezembro de 2001.

Por contar com artigos que envolviam questões penais – propõe que a aplicação indevida da substância seja

considerada crime de lesão corporal com pena de até 12 anos de reclusão –, o texto foi encaminhado para análise da CCJ. O parecer sobre o assunto foi apreciado em abril de 2002 e conseguiu o seguinte placar: três votos a favor, um contra e nove abstenções.

Em outubro, no entanto, para esclarecer se o projeto foi ou não aprovado, o presi-

dente do Senado na ocasião, Ramez Tebet (PMDB-MS), solicitou um parecer da CCJ sobre a votação feita em abril.

Segundo o membro do Comitê de Vítimas do Silicone Humberto Ferreira, de lá para cá

nada avançou em relação à regulamentação do uso do silicone no país.

Ele lembrou que uma pesquisa feita nos Estados Unidos mostra que o índice de ruptura das próteses chega a cerca de 66%. De acordo com dados do Comitê, pelo menos 500 mil pessoas no mundo já sofreram algum problema em decorrência do uso do silicone. Para ele, é essencial que o projeto ande para que não aumente o número de vítimas.

**Proposta
proíbe
implante
em
menores
de 18 anos**